

N. F. Nº - 152084.0001/17-9  
NOTIFICADO - RJ INDÚSTRIA COMÉRCIO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS LTDA.  
EMITENTE - RAINOR RODRIGUES RIOS  
ORIGEM - IFMT – DAT/NORTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 25.08.2020

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0104-02/20NF-VD

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TOTAL. RECOLHIMENTO A MENOR. CORTES DE GADO BOVINO. LIMITAÇÃO DO CRÉDITO FISCAL AO PERMITIDO PELO CONVÊNIO ICMS 89/05. A Cláusula primeira (redução da base de cálculo), é impositiva e na legislação da Bahia não há previsão para manutenção do crédito fiscal relativo à base de cálculo reduzida. Cabe a glosa parcial do crédito fiscal mesmo que a Unidade Federativa de origem não adote a redução da base de cálculo. Posicionamentos da DITRI neste sentido. Rejeitada a preliminar de nulidade. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Lavrada em 11/02/2017, a Notificação Fiscal exige ICMS acusando a seguinte infração:

**54.01.03** – Falta de recolhimento de ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS, adquiridas para comercialização, procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte descredenciado. Valor: R\$12.400.33. Período: 11/02/2017. Enquadramento legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332, III do RICMS/BA C/C art. 12-A, Inciso III, do art. 23; art. 32 e 40 da Lei 7014/96. Multa: 60%, art. 43, II, “d” da Lei 7014/96.

Consta da descrição: Recolhimento de ICMS substituição tributária total menor, conforme DAE nº 1700750116, DANFE nº 8242 de 08/02/2017, Chave de acesso 151702107481137000182550010000082421000083798.

Dão suporte à cobrança, o cálculo exposto na descrição do fato relativo ao valor a recolher (fl. 01), DACTES de fl. 03 e DANFE de fl. 04.

O notificado impugnou o lançamento às fls. 15-25, dos autos. Após identificar sua atividade empresarial e reproduzi-lo, diz que o Conv. 89/07 objetiva reduzir a carga tributária para 7% das operações de saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos, atividade principal da empresa.

Assim, tendo em vista a adequação entre sua atividade desenvolvida e a descrita no Convênio, aduz caber ao Estado da Bahia simplesmente aplicar as normas do Convênio, no sentido de que a carga tributária na entrada das mercadorias é de 7%, e com isso a impede de valer-se do crédito de 12% das mercadorias adquiridas, de modo autuá-la insistentemente, sem analisar a correta aplicação do mesmo, suas peculiaridades diante do caso concreto.

Simplesmente aplica a regra geral, no sentido de que toda entrada de mercadoria no estabelecimento comprador só poderá utilizar o crédito de 7% e jamais o de 12%, nas hipóteses de mercadorias originadas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, tendo sido esse o entendimento que o “autuante” apontou na infração.

Registra que a infração, embora valendo-se dos dispositivos legais, a saber, Art. 8º, § 4º, I, “a” da Lei 7014/96, c/c art. 332, III, “a”, §§ 2º e 3º do RICMS, em absolutamente nada condiz a sua aplicação em relação aos fatos analisados.

Percebe, a partir da análise do demonstrativo de débito, que o contribuinte se creditou de 12% de ICMS e o Estado o autuou por entender que o crédito a ser utilizado deveria ser de apenas 7%, nos termos do Convênio, demonstrando cálculos que comparam a tributação considerando o crédito de 12% e o de 7%.

Aponta a total ausência de relação entre os fatos e a norma, pois não se está a tratar de contribuinte descredenciado, mas, sim, de contribuinte que usou o crédito fiscal de 12% ao passo que o Estado o limita ilegalmente ao uso de apenas 7%, daí advindo a necessidade de se apurar o equívoco fiscal na correta apreensão dos fatos e no seu cotejo com as normas jurídicas em vigor.

Para melhor esclarecimento dos fatos relacionados com a autuação em tela, e com a intenção de permitir uma análise mais compaginada dos mesmos com o Princípio da Verdade Material, com fulcro na Ampla Defesa, passa a descrever com detalhes as razões da suposta Infração a fim de demonstrar as flagrantes ilegalidades nela contidas.

No item “2.1 – DA AUSÊNCIA DE SUPORTE LEGAL VÁLIDO”, após reproduzir o enquadramento legal dado à infração, afirma que todos os artigos dizem respeito a obrigações genéricas do contribuinte, seja referente ao dever de escrituração e cumprimento das obrigações tributárias, seja ao dever de observância da correta base de cálculo, fundamentação legal que, entende, nada diz com a real base da cobrança, e apenas quando se analisa a descrição dos fatos, no entanto, é que se nota a menção ao Convênio 89/2005, e que mesmo assim não são justificadores da presente notificação fiscal, conforme se verá.

Fala que, em essência, a cobrança trata de glosa de crédito de ICMS utilizado pelo contribuinte, por entender que a alíquota a ser aplicada não deveria ser a interestadual, definida pelo Senado, qual seja, 12%, mas, sim, 7%, por aplicação do Convênio 89/05. O Estado glosa o crédito por um fundamento, não especificado, e justifica com outro argumento completamente distinto.

Sendo assim, anota estar todo o tema gizado em torno do aludido Convênio, em que o contribuinte deve fazer exercício de cartomancia jurídica para descobrir a possível violação. Até porque pagou dentro do prazo, antes da entrada da mercadoria no Estado, o valor integral do imposto devido, tendo a autuação se dado exatamente sobre a diferença entre o valor creditado com base na Resolução do Senado e o valor a que o Estado da Bahia restringiu através mencionado Convênio, o que implica na nulidade da autuação, uma vez que se encontra escudado num manto protetivo do direito equivocadamente, como se viu e se verá com mais minúcia.

No item “2.2 – DA VIOLAÇÃO AO CONVÊNIO ICMS 89/05”, expressa que a Notificação Fiscal foi emitida ao arrepio de normas legais. Utiliza um fundamento não apropriado ao caso, pois, o único fundamento palatável para glosa do crédito seria o Conv. 89/05, mas que a notificação ofende.

Nesse sentido, reproduz a sua Cláusula terceira, I, autorizando a não exigir o estorno do crédito fiscal de que trata o art. 21, da Lei 87/96, também reproduzido.

Demonstra inicialmente que o Estado da Bahia é signatário do Convênio 89/05. Tal se dá pela leitura do artigo 268 do Decreto nº 13.780 de 2012 (Regulamento do ICMS), que incorporou a cláusula primeira na sua redação, conforme transcrição realizada.

Sendo assim, diz, a Bahia “**não pode estornar o crédito presente nas operações interestaduais cuja Resolução do Senado fixou em 12%**”, por expressa afronta à Cláusula terceira do Conv. 89/05.

Em segundo lugar, tem-se que o Convênio apenas autorizou os Estados a concederem o benefício fiscal de redução da carga tributária das mercadorias nele mencionadas e que “**a autorização não significa adesão dos Estados ao Convênio, o que se dá com a expressa ratificação através de decretos legislativos próprios**”.

Afirma que nessa linha a Bahia não juntou prova de que, de fato, o benefício citado no aludido Convênio estivesse sendo “utilizado” pelos Estados de origem das mercadorias, uma vez que o ICMS destacado na NFS que subsidia as notificações é sempre 12%, sem qualquer menção ao

gozo do benefício, não havendo que presumir o uso do benefício apenas pelo Estado de origem, sem a prova de ato normativo redutor do tributo e, ainda que houvesse a redução, diz que a Cláusula terceira autoriza a manutenção do crédito fiscal de 12%.

Fala que da análise da aplicação do Conv. 89/05, tem-se que Amapá, Distrito Federal e Goiás o implementaram com os respectivos decretos que cita e que, nesse sentido, sem que o contribuinte saiba do benefício, seja por falta de ratificação, seja por falta de observação na Nota Fiscal, não se pode penalizar o autuado, apenas sob a presunção de que o Conv. 89/05 foi ratificado por todos os Estados, o que diz não ser verdade.

Aduz que a Bahia não é signatário do Conv.89/05 e tal posição retrata apenas que as “saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gados bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos”, não terão tratamento da redução. Nada diz com as entradas interestaduais, o que é o foco da fiscalização. Ou seja, o Estado não concede o benefício quando a mercadoria sai da sua circunscrição, mas não pode glosá-lo quando a mercadoria nele entra” e, por tais razões, as notificações consubstanciadas no entendimento do Fisco não devem prosperar.

Concluindo, requer que a notificação Fiscal seja julgada improcedente por não espelhar a verdade, seja porque não há relação entre fatos e normas; seja porque o Convênio não autoriza a Bahia a glosar eventuais benefícios fiscais; seja porque as mercadorias adquiridas não foram pautadas no suposto benefício fiscal ou, ao fim, porque a Bahia não é signatária da aludida norma.

## VOTO

Conforme acima relatado, o processo em juízo administrativo veicula lançamento de ICMS e sanção tributária acusando recolhimento a menos de ICMS por antecipação total em desacordo com o Convênio ICMS 89/05.

Antes de entrar pela apreciação de mérito, examinando os autos constato estar o PAF consoante com o RICMS-BA e com o RPAF-BA/99. Assim, considerando que: a) conforme documentos de fls. fl. 12, cópia da Notificação Fiscal e dos papéis de trabalho indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo da notificação foram entregues ao contribuinte; b) na lavratura da Notificação Fiscal foi devidamente cumprido o disposto no art. 142 do CTN, bem como o disposto nos artigos 15, 19, 26, 28, 29, II, 31-A, 31-B, 31-C, 31-E, 31-F, 42, 48, 50 e 51 do RPAF; c) o processo se conforma nos artigos 12, 16, 22, 108, 109 e 110 do mesmo regulamento; d) a infração está claramente descrita, corretamente tipificada e tem suporte em elementos de provas autuados (fls. 03-06); e) a infração está determinada com segurança, bem como identificado o infrator, constato não haver vício a macular o PAF em análise.

Com fundamento no § 2º (parte final), do art. 18 do RPAF e arts. 188 e 277 do CPC (subsidiariamente aplicado ao processo administrativo - RPAF: Art. 180), afasto a preliminar de nulidade por inconsistência da infração, pois, embora a infração seja descrita como “falta de recolhimento”, - vê-se na descrição do fato, tratar-se (fl. 01), apenas exação da diferença entre o valor do imposto, considerando o disposto no Conv. 89/05 e o valor recolhido pelo sujeito passivo no período de pagamento voluntário, relativo à operação objeto da cobrança, matéria plenamente compreendida e expressamente exposta na Impugnação, visão e entendimento corroborados nos demonstrativos relativos aos cálculos que o notificado efetuou para o recolhimento do imposto que entende devido e cálculo de autuação, exposto na descrição do fato autuado (fl. 01).

Portanto, além de ter atingido sua finalidade no aspecto material, o ato administrativo fiscal, em sede de revisão, não causa qualquer prejuízo a direito do sujeito passivo.

RPAF:

*Art. 18...*

§ 2º Não se declarará a nulidade sem prejuízo ou em favor de quem lhe houver dado causa ou se o ato praticado de forma diversa houver atingido a sua finalidade.

CPC

Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial

...

Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Prestando reverência ao exercício do contraditório dentro do devido processo legal, sem arranho aos princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário, passo a decidir sobre o mérito do caso.

De logo, observo se tratar de tributo originalmente sujeito a lançamento por homologação (CTN: art. 150), em que a legislação atribui ao sujeito passivo a prática de todos os atos de valoração da obrigação tributária, inclusive o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta apenas homologar os atos de natureza fiscal do contribuinte no prazo decadencial. Nesse caso, ainda que sobre a obrigação tributária não influam quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, em sendo praticados, os atos são, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação (§§ 2º e 3º, do artigo 150 do CTN).

A exação decorre de aquisição interestadual de produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino (COXÃO DURO e MOLE BOV RESF e PATINHO BOV RESF), enquadrados na substituição tributária na Bahia (RICMS-BA: Anexo 1, posição 11.31 – vigente no período da autuação), procedente de contribuinte situado no Estado do Pará e sem inscrição na Bahia como substituto tributário, acobertada pela NF-e 8.242, emitida em 08/02/2017, com destaque de imposto calculado com alíquota de 12% sobre o valor da operação, cujo DANFE consta dos autos à fl. 03 + frete (DACTE, fl. 04), situação para a qual a legislação, corretamente exposta nos autos, assim se apresenta:

Convênio ICMS 89/05:

**Cláusula primeira Fica reduzida** a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos.

**Cláusula segunda Ficam** os Estados e o Distrito Federal **autorizados** a conceder redução da base de cálculo ou isenção do ICMS nas saídas internas dos produtos referidos na cláusula primeira.

**Cláusula terceira** Nas operações de que tratam as cláusulas anteriores, **ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados** a:

*I - não exigir o estorno do crédito fiscal de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, quando se tratar de redução de base de cálculo;*

*II - condicionar a fruição do benefício às regras de controle, conforme disposto em suas legislações. (**grifos meus**)*

Lei 7014/96:

Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados:

§ 4º Será devido o imposto por antecipação tributária, observado o disposto no § 6º do art. 23 desta Lei:

I - na entrada da mercadoria ou bem no território deste Estado ou no desembaraço aduaneiro, tratando-se de:

a) mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária;

RICMS-BA:

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

...

*III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes;*

...

*Redação anterior dada ao § 2º do art. 332 pelo Decreto nº 17.164, de 04/11/16, DOE de 05/11/16, efeitos de 01/11/16 a 31/12/17:*

*“§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino.”*

*§ 3º O titular da Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte poderá, com base em informações acerca do investimento e da capacidade contributiva do contribuinte que assegurem o cumprimento da obrigação relativa à antecipação tributária, dispensar o requisito previsto no inciso I do § 2º deste artigo.*

Como acima insinuado, o lançamento fiscal exige complemento de imposto recolhido a menos no período de pagamento voluntário e aplica penalidade em face de uso de crédito fiscal maior que o legalmente permitido por ocasião do recolhimento do ICMS por antecipação total, em face de o contribuinte autuado não haver considerado a **redução impositiva**, mediante a ordem para que a UF de origem reduza a base de cálculo do imposto (Cláusula primeira do Convênio ICMS 89/2005), de modo que ainda que se calcule com alíquota de 12% estabelecida pelo Senado Federal para operações interestaduais procedentes de qualquer UF com alíquota superior a 7%, como é o caso do Estado do Pará, a carga tributária seja equivalente a 7% do valor da operação.

É que, tratando-se de antecipação tributária total por substituição em operações com mercadorias enquadradas na ST, a norma impressa na Cláusula primeira do Convênio 89/05 (ratificado nacionalmente sem ressalvas pelo Ato Declaratório 09/05), firmada sob o regramento para a espécie (CF/88: Art. 155, § 2º, XII, “g” LC 24/75: Art. 1º, Parágrafo único, IV, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 8º, I e II) objetiva manter o equilíbrio fiscal entre as UFs e se aplica à saída interestadual das mercadorias sujeita à ST ali especificadas, do Distrito Federal ou de qualquer dos Estados brasileiros, já que todos são signatários do convênio, o que já desautoriza a alegação defensiva de “ausência de relação entre os fatos e a norma”; “*de ausência de suporte legal válido*”; de que a Cláusula primeira do Convênio 89/05 apenas “*autorizou os Estados a concederem o benefício fiscal da redução da carga tributária das mercadorias nele mencionadas*”, bem como a tese de que isso “*não significa adesão dos Estados ao Convênio*”.

O regramento do Conv. 89/05 tem alcance extraterritorial às UFs, e não sendo o remetente inscrito na Bahia na condição de contribuinte substituto, considerando a responsabilidade solidária – que não comporta benefício de ordem – prevista no art. 6º, XV da Lei 7014/96, flagrante é a legitimidade do autuado para atuar no polo passivo da relação jurídica constituída pela Notificação Fiscal em lide, algo que, inclusive, não se discute.

No caso concreto, a Cláusula primeira do Conv. 89/05 reduz a base de cálculo e não a alíquota, mas, ao inverso do que alega, tendo em vista que mesmo **autorizado** pela **Cláusula terceira** do citado convênio, a Bahia não legislou no sentido de “**não exigir o estorno do crédito fiscal** de que trata o art. 21 da LC 87/96” para caso tal, o citado convênio não lhe permite usar crédito fiscal de 12%, quando o imposto devido por antecipação tributária total é calculado sem aplicação de redução da base de cálculo, como ocorreu no caso em apreço, uma vez que o valor da operação e base de cálculo do imposto destacados na NF-e 8.242, objeto da exação, possuem mesma grandeza (fl. 03).

Ademais, contendo apenas quatro cláusulas, sendo três normativas e uma de estabelecimento de vigência, a segunda – essa, sim, Cláusula autorizativa – autoriza as UF's signatárias a, querendo, “*conceder redução de base de cálculo ou isenção do ICMS nas saídas internas dos produtos referidos na Cláusula primeira*”. Para essa situação, como observa o Impugnante, ainda que autorizado, sem afrontar as normas do Conv. 89/05, a legislação baiana não prevê redução de base de cálculo nas saídas internas do produto objeto da exação.

Nessa esteira, não procede a afirmação do Impugnante que “*nessa hipótese, apenas assegura o direito de conceder benefício fiscal, mas não o de autuar seus contribuintes quando adquirem mercadorias com operações interestaduais originadas de Estados cujo crédito de ICMS é maior que 7%*”, porque sendo o ICMS imposto de competência dos Estados e Distrito Federal, a manutenção do crédito como pretende o Impugnante significa a transferência do ônus tributário da UF que concede o benefício da redução da base de cálculo para a UF de destino da operação, o que, em outras palavras e em jargão popular representa “conceder esmola com o chapéu do outro”, quebrando de modo objetivo o equilíbrio fiscal das UF's, salvo os casos de manutenção de crédito em UF de destino que assim legisle, como autorizado pela Cláusula terceira do Conv. 89/05, o que não é o caso da Bahia.

Nesse contexto, a matéria amolda-se a pronunciamentos da Diretoria de Tributação da SEFAZ e a decisões deste CONSEF. Aos primeiros, por exemplo, têm-se os pareceres 7374/2012 e 7814/2012, respondendo consultas de semelhante natureza tributária. Aos segundos, têm-se, por exemplo, o Acórdão JJF 0126-02/18, cuja tese foi referendada no Acórdão CJF Nº 0031-12/19

Parecer DITRI 7374/2012

Objeto da consulta:

“*Nas aquisições interestaduais de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate, oriundo de Estado signatário do Convênio ICMS 89/05, sem o imposto retido, o adquirente deverá efetuar o recolhimento do ICMS substituição tributária sem a aplicação do benefício da redução da base de cálculo ali estabelecida*”.

Resposta:

“O benefício fiscal da redução da base de cálculo a qual se refere a Consulente está previsto na Cláusula primeira do Convênio ICMS 89/05, abaixo transcrita, e alcança exclusivamente as operações interestaduais com carne e demais produtos comestíveis, resultantes do abate de aves, gado e leporídeos.

*“Cláusula primeira. Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos.”*

Tem-se, portanto, que apenas o imposto relativo à operação própria do contribuinte alienante estabelecido em Estado signatário pode ser beneficiada com a redução da base de cálculo do ICMS ali estabelecida.

Dessa forma, **nas aquisições** de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate, **oriundos de outra unidade da Federação sem o imposto retido**, a Consulente deverá, na condição de substituto tributário, efetuar o recolhimento antecipado do imposto incidente nas operações internas subsequentes com tais produtos, **mas não poderá aplicar o benefício da redução da base de cálculo estabelecido no Convênio ICMS 89/05, para as operações interestaduais com tais produtos**”. (grifei)

Parecer DITRI 7814/2012

Objeto da consulta:

“A Consulente inscrita no CAD-ICMS na condição de contribuinte normal, desenvolvendo a atividade econômica de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, formula consulta a esta Diretoria de Tributação em conformidade com o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

Considerando a redução da base de cálculo prevista no Convênio 89/05 e art. 268, inciso XIV do RICMS-BA, a Consulente pergunta:

- Caso receba de outro estado mercadoria sem a redução da base de cálculo e com o destaque do ICMS de 12%, no cálculo da antecipação do imposto poderá se apropriar do crédito integral destacado, ou deveremos fazer o estorno de 5%?”

**Resposta:**

“O Convênio 89/2005 rege em sua Cláusula primeira a redução da base de cálculo do ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos. Nesse mesmo sentido, o Estado da Bahia, através do Decreto nº 13.339 de 07/10/2011, assim também determinou em seu art. 268, inciso XIV

Cabe observar, contudo, que, como se trata de matéria de convênio, mas não tendo o estado remetente a ele aderido, uma vez que não aplicou o benefício da redução da base de cálculo quando das vendas para o Estado da Bahia e, por consequência, a carga tributária resultante da aplicação da alíquota de 12% foi maior do que a fixada no Convênio 89/05, para efeito de apropriação do crédito fiscal, **a Consulente deverá considerar como limite o percentual equivalente à carga tributária de 7%, conforme expressa o referido diploma legal.**” (grifos meus)

Sem embargo, por conter equivoco no original de fl. 03 (inadequada MVA que para mercadoria da ST oriunda de UF com alíquota de 12% é 18,05% - item 11.31 do Anexo I do RICMS-BA, vigente à época do fato gerador -; incorreção na alíquota do crédito de direito que é 12%, mas sobre a base de cálculo reduzida que, no caso, resulta da equação:  $(7\%/12\%) \times \text{valor da operação}$  que foi R\$212.245,92 (DANFE R\$ 212.245,92 + frete de R\$3.500,00 – DACTE, fl.04 ), ajusta-se o valor da exação de R\$12.400,33 para **R\$10.333,54**, com o seguinte demonstrativo/memória de cálculo:

NF	MERCADORIA	NCM	VLR	FRETE	TOTAL	MVA	B C CHEIA	ICMS TOT	B C REDUZ 89/05	ALÍQ 12% BC REDUZ	CRD ICMS	ICMS DEV
8.242	COXÕES DURO e MOLE e PATINHO BOV RESF	2013000	212.245,92	3.500,00	215.745,92	1,1805	254.688,06	45.843,85	125.851,79	12%	15.102,21	30.741,64
ICMS NF PAGO DAE FL. 47 CONSIDERADO												20.406,10
ICMS DEVIDO NOTIFICAÇÃO												10.335,54

Assim, afastadas as preliminares suscitadas, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância **ÚNICA**, a Notificação Fiscal nº **152084.0001/17-9**, lavrado contra **RJ INDÚSTRIA COMÉRCIO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$10.335,54**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF à Distância, 15 de junho de 2020.

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS – JULGADOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR